



Aspectos em Pesquisas Brasileiras sobre Governo Eletrônico: Uma Análise Bibliométrica

Albenir Rêgo Barbosa

RESUMO

O uso da tecnologia nas atividades cotidianas adicionou importância à modernização da Administração Pública através da governança eletrônica e proporcionou o surgimento do governo eletrônico. O presente estudo tem o objetivo de conhecer a produção científica brasileira a partir do constructo governo eletrônico do período de janeiro de 2005 a janeiro de 2015. A pesquisa é de natureza bibliométrica, de caráter descritiva e exploratória, através da análise documental dos dados e a partir de uma amostra de vinte periódicos. Os periódicos selecionados, indexados a partir da base de dados em rede *Spell*, reúnem os resultados das pesquisas de trinta e sete publicações. Os resultados demonstraram que existe um importante arcabouço teórico sobre governo eletrônico, a maioria das pesquisas são análises bibliográficas e estudos de casos e existe uma necessidade de aprimoramento dos instrumentos de governo eletrônico na busca por uma maior eficiência e interação da governança eletrônica.

Palavras-chave: Governo eletrônico; governança eletrônica; pesquisa bibliométrica; produção científica.

1 INTRODUÇÃO

Os processos de estruturação do Estado são instituídos através das políticas públicas. Nesse âmbito, as reformas administrativas são importantes para entender os anseios da sociedade por novos modelos de gestão pública. Medeiros (2004) informa que, o governo eletrônico é uma maneira encontrada pela Administração Pública para auxiliar nesses processos de reforma.

O governo eletrônico é um conjunto de atividades relacionadas à dinamização de serviços e informações através do uso da tecnologia da informação. Refere-se à uma política de gestão pública onde cidadãos e organizações querem ter acesso ao governo de modo cada vez mais rápido e facilitado (MEDEIROS, 2004).

Nesse contexto, o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CG) foi instituído em abril de 1995, com a missão de organizar e supervisionar as funções básicas de infraestrutura para serviços de internet no Brasil, bem como planejar e encaminhar a sua evolução no futuro, contemplando adequadamente os interesses do setor público, setor privado, e as prioridades científicas e tecnológicas do País (TAKAHASHI, 2000).

O Programa de Governo Eletrônico brasileiro tornou-se viável por influência, também, de um acontecimento anterior, até então não claramente mencionado na literatura, o “bug do milênio”. Contudo, seu surgimento ocorre apenas em 2000 com a criação do Comitê Executivo de Governo Eletrônico com o intuito de estabelecer diretrizes e ações de implementação a partir de projetos no âmbito da Administração Pública federal (BRASIL, 2000; DINIZ et al., 2009).

A partir disso, o objetivo geral deste trabalho foi delinear a produção científica brasileira sobre o tema governo eletrônico, compreendendo trinta e sete publicações do período de janeiro de 2005 a janeiro de 2015, a partir de vinte periódicos indexados na base de dados em rede *Spell* para responder à questão de pesquisa, qual seja: **Como se caracteriza a produção científica brasileira sobre governo eletrônico?**

Foram necessários os seguintes objetivos específicos: (i) identificar os principais autores que se dedicam à temática governo eletrônico em suas pesquisas, (ii) verificar as principais



abordagens teóricas e identificar os métodos e técnicas utilizados e (iii) averiguar os principais avanços nesse campo do conhecimento.

O presente artigo está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. A seguir apresenta-se o referencial teórico, contextualizando-se com os estudos anteriores sobre a temática governo eletrônico. Na sequência, tem-se a abordagem metodológica e após, os resultados da pesquisa. Na última seção, apresentam-se as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO ELETRÔNICO

2.1.1 Governo eletrônico e estruturação da administração pública

A identificação de novas políticas públicas de reforma administrativa do Estado brasileiro, associadas ao uso da tecnologia da informação, são fundamentais para o melhoramento da interatividade com cidadãos, empresas e órgãos governamentais (MEDEIROS, 2004). De acordo com Piske (2006), as novas Tecnologias de Informação e Comunicação têm o potencial para melhorar a eficiência na prestação de serviços públicos e privados, melhorar a inserção de empresas locais numa economia cada vez mais globalizada e competitiva, através de um relacionamento mais ágil com o governo.

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) permeia atualmente as ações humanas, observando-se reflexos dessa presença nos vários segmentos sociais. O rápido desenvolvimento das TICs e sua apropriação pelas pessoas têm provocado mudanças substanciais nas organizações e no trabalho, alterando e transformando a ordem socioeconômica (a educação, a indústria, o comércio, o turismo e as telecomunicações) (MORAES; MEIRELLES, 2014).

Para Medeiros e Guimarães (2005), o advento da internet e as inovações tecnológicas em comunicações proporcionaram às organizações a possibilidade de migrarem seus sistemas existentes em plataformas convencionais para sistemas com interface web devido à construção de sistemas baseados na internet. A evolução da informática, dos meios de comunicação e da própria internet definiu novos modelos para o relacionamento do Estado com a sociedade, configurando novas estruturas de governança proporcionando o surgimento do termo governo eletrônico (MEDEIROS; GUIMARÃES, 2005).

Conforme Abranson e Means (2001), governo eletrônico não se restringe à simples automação dos processos e disponibilização de serviços públicos por meio de serviços *on line* na internet, mas na mudança da maneira como os governos atingem seus objetivos para o cumprimento do papel do Estado. Para Braga et al. (2008), governo eletrônico significa a utilização de tecnologias da informação e comunicação no âmbito da Administração Pública.

Segundo Mazzei e De Castro (2014), o conceito de *e-government* tem sido identificado como um quesito importante para as reformas da Administração Pública realizadas por diferentes governos. Essas reformas atuam na busca por flexibilização da estrutura burocrática com o objetivo de alcançar melhor eficiência de gestão pública e de atingir melhores desempenhos no que se refere à prestação dos serviços públicos.

Com isso, no Brasil, de acordo com Cunha e Miranda (2013), as políticas de gestão pública, ganharam uma ênfase especial a partir da década de 1990, no escopo das reformas preconizadas pelo movimento da nova Gestão Pública no mundo. Essas políticas, e a agenda de modernização da Administração Pública permearam questões relacionadas a relações trabalhistas no âmbito do poder público, na arquitetura organizacional e implementação de novos arranjos institucionais, novos processos de planejamento, implantação de mecanismos de controle e auditoria e novas regras para as compras públicas.



2.1.2 Governo eletrônico brasileiro

O governo eletrônico – também conhecido como “e-gov” ou “e-governo” – é uma das maneiras encontradas pela administração pública para auxiliar na reforma administrativa e como um meio de serem alcançadas melhores condições de governança - a capacidade do governo de implementar suas políticas públicas (MEDEIROS, 2004). De acordo com Balbe (2010), no Brasil, o governo eletrônico se amplia na segunda metade da década de 1990 passando a existir um maior uso de grandes bancos de dados, tanto para acumular registros quanto para gerenciar informações relevantes.

A partir das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), entre as quais se destacam a internet, as redes de computadores, a transmissão via satélite e a telefonia móvel, criaram condições para o surgimento de sociedades do conhecimento (BRAGA et al., 2008). Diniz et al. (2009), destaca entre as causas determinantes da adoção das TICs de forma estratégica e intensiva pelos governos em seus processos internos e na melhoria dos serviços públicos prestados à sociedade: o uso intensivo das TICs pelos cidadãos, empresas privadas e organizações não governamentais, outras causas estão associadas às forças provenientes do próprio movimento de reforma do Estado, da modernização da gestão pública e da necessidade de maior eficiência do governo.

Nesse sentido, o Comitê Gestor da Internet no Brasil, surgiu na coordenação de projetos de importância fundamental para o funcionamento e desenvolvimento da internet no país contribuindo para as discussões sobre políticas públicas, principalmente aquelas voltadas à inclusão digital como, por exemplo, O Plano Nacional de Banda Larga, o programa Telecentros Comunitários e o Programa de Governo Eletrônico Brasileiro (BRASIL, 2010).

O Programa de Governo Eletrônico Brasileiro surgiu com a criação do Comitê Executivo do Governo Eletrônico objetivando estabelecer diretrizes, coordenar e articular as ações de implementação, voltado para a prestação de serviços ao cidadão (BRASIL, 2000). De acordo com Diniz et al. (2009), temas como desempenho, eficiência, eficácia, transparência, mecanismos de controle, qualidade do gasto público e prestação de contas, foram associados ao processo de construção de programas de governo eletrônico na Administração Pública. Assim, iniciaram-se processos de coordenação e articulação para a implantação de programas e projetos para a racionalização das aquisições e da utilização da infraestrutura, dos serviços, e das aplicações de TICs no âmbito da Administração Pública federal (BRASIL, 2000).

2.1.3 Produção científica e governo eletrônico

A governança eletrônica, ou e-governança, inclui o que chamamos de e-administração pública, e-serviços públicos e e-democracia. A definição de e-governança, parte, contudo, do conceito de governança, referindo-se ao exercício da autoridade política, econômica e administrativa, nos assuntos de um país, incluindo a articulação dos cidadãos para a defesa de seus interesses e exercício dos seus direitos e obrigações (CUNHA; MIRANDA, 2013).

Nesse sentido, de acordo com Pereira et al. (2013), existe ainda uma imprecisão do conceito e a simplificação dos processos de desenvolvimento de governo eletrônico no ambiente político e institucional. De acordo com Balbe (2010), o poder público ainda não foi capaz de promover a interação efetiva entre os diversos órgãos que compõem a Administração Pública e o compartilhamento de informações entre os três níveis de governo e desses dois conjuntos com a sociedade.

Para Costa et al. (2014), o fator social seria altamente influente na intenção do uso da tecnologia, bem como os aspectos relacionados à produtividade consequente do usuário e o senso de utilidade, além da facilidade de interação e domínio da ferramenta. Cunha e Miranda (2013), propõem através dos seus estudos, abordagens metodológicas que deem suporte a uma



análise ampla e a uma perspectiva crítica, tanto da produção científica como do uso das TICs pelo Estado e sua aplicação na sociedade através de uma agenda.

Damian e Merlo (2013) e Diniz et al. (2009) acrescentam a proposição de um modelo instrumental para analisar os serviços de *e-government* como necessário para disponibilizar mais serviços com segurança respeitando à privacidade. No que se refere à acessibilidade, os sítios web dos governos estaduais brasileiros, a título de exemplo, não apresentaram mudanças significativas até o ano de 2007 (FREIRE; CASTRO; FORTES, 2009). Em casos específicos e locais, como informam Funai e Rezende (2011), pode existir uma dificuldade na gestão integrada do governo eletrônico devido às variáveis políticas, técnicas, financeiras e processuais, havendo distanciamento entre a gestão e as expectativas dos cidadãos.

O governo eletrônico, contudo, é visto como uma oportunidade de incrementar a participação da sociedade na gestão pública, mesmo existindo uma falta de regulação para a participação social no processo decisório por meios eletrônicos (GUIMARÃES; MEDEIROS, 2005). Acrescente-se que, existe uma necessidade constante de atualização em nível de *hardware* e *software* de forma a contribuir com a avaliação ou diagnóstico desses elementos essenciais dos sistemas de governo eletrônico (GOMES FILHO et al., 2008).

Nesse sentido, de acordo com Medeiros e Guimarães (2005), as TICs passaram a ser vistas como a principal ferramenta para iniciativas de modernização do Estado, sendo um caminho para incrementar a capacidade de governança. Programas de treinamento em governo eletrônico devem ser levados a cabo para diferentes profissionais e as culturas organizacionais devem ser levadas em consideração quando do aprimoramento do capital organizacional das agências públicas (JOIA, 2009). As instituições públicas sofreram influências de fatores externos na forma de pressões coercitivas, normativas e miméticas para implementação da prática de governança eletrônica (PEREIRA; MACADAR; PEREIRA, 2013).

Para a institucionalização do governo eletrônico no Brasil seria necessário que sua estrutura legal fosse constantemente aprimorada e o tema passasse a ser discutido de forma mais ampla (MEDEIROS; GUIMARÃES, 2006). Seria necessário a proposição de um “Índice de Governança Eletrônica-IGEB” para verificar o percentual de práticas de governança eletrônicas implantados pelos Estados brasileiros (MELO; SLOMSKI, 2010)?

A partir disso, como acrescenta Zancanaro et al. (2009), o uso da tecnologia passou a representar na contemporaneidade um dos fatores indispensáveis para alcançar resultados de alto desempenho e o governo eletrônico tem-se empenhado em suprir necessidades individuais, institucionais e regionais da sociedade.

Acrescente-se que, em se tratando de governo eletrônico, as relações que se estabelecem são fundamentalmente do tipo *government-to-citizen*, sendo o governo emissor e a sociedade, o receptor passivo (PINHO, 2008). Existe, conforme evidencia Silva Neto et al. (2008), uma dificuldade de universalização dos serviços de governo eletrônico sem que se busque, também, a universalização do acesso à internet para a inclusão e democratização digital no Brasil.

Dessa forma, ações para o fortalecimento da capacidade de governança no setor público, como a certificação digital, o portal da transparência, a informatização dos pleitos eleitorais, o pregão eletrônico e o portal da previdência social são exemplos de iniciativas relevantes na esfera federal (BRAGA et al., 2008). Apesar disso, existe um panorama de pouco desenvolvimento do governo eletrônico nas administrações municipais em relação às esferas federal e estaduais, sendo que, os Estados têm sérios problemas de organização de suas informações básicas e da memória administrativa (ALEXANDRINI; I. PISKI; R. PISKI, 2006; ABRUCIO, 2005).



3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Levando-se em conta o objetivo geral do estudo, esta pesquisa, de natureza bibliométrica, tem caráter exploratório, através de uma busca na literatura relacionada, objetivando novas perspectivas e ampliação dos estudos já existentes. É também de caráter descritivo por procurar especificar as características e o perfil do fenômeno submetido à análise. Trata-se de um estudo bibliométrico, de caráter descritivo e exploratório. (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Em estudos bibliométricos, de acordo com a Lei de Bradford, avalia-se o grau de relevância de periódicos em uma dada área do conhecimento. Na medicina em que os primeiros trabalhos sobre um novo assunto são escritos, esses periódicos devem atrair mais trabalhos, para o desenvolvimento da área de assunto. Neste trabalho, procurou-se analisar a evolução de determinada área do conhecimento a partir de uma amostra de periódicos disponibilizados *on line* (GUEDES; BORSCHIVER, 2005).

Foi selecionada uma amostra de trinta e sete publicações em vinte periódicos identificados com o constructo governo eletrônico e que possuem relação com a questão de pesquisa: Qual a produção científica brasileira sobre governo eletrônico? Conforme apresentado no Quadro 1. As publicações foram identificadas e selecionadas a partir do constructo “governo eletrônico” para a produção científica brasileira publicada no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2015.

A coleta de dados foi realizada a partir de análise documental, em periódicos disponíveis na base de dados em rede *Spell*, através da aplicação do método histórico a uma evidência documentária. O método histórico foi utilizado para o tratamento dos dados (RICHARDSON, 2008).

A estratégia de amostra é intencional e aleatória, a partir de um conjunto de opções possíveis, selecionou-se um número limitado de material bibliográfico aleatoriamente. Sequencialmente foi realizada a triangulação dos dados, através de múltiplas fontes e ao longo do período selecionado para análise (GRAY, 2012).

Quadro 1 - Publicações selecionadas por periódicos

Periódicos		Publicações selecionadas
1.	Revista de Administração Pública	9
2.	Revista Eletrônica de Sistemas de Informação	5
3.	Revista do Serviço Público	3
4.	Gestão & Regionalidade	3
5.	Organizações & Sociedade	2
6.	Administração Pública e Gestão Social	1
7.	Cadernos EBAPE.BR	1
8.	Contextus - Revista Contemporânea de Economia e	1
Gestão		1
9.	Gestão e Sociedade	1
10.	<i>Journal of Information Systems and Technology</i>	
Management		1
11.	NAVUS - Revista de Gestão e Tecnologia	1
12.	Perspectivas em Gestão & Conhecimento	1
13.	RACE: Revista de Administração, Contabilidade e	
Economia		1
14.	Revista Alcance	1
15.	Revista Capital Científico - Eletrônica	1
16.	Revista da Micro e Pequena Empresa	1
17.	Revista de Administração de Empresas	1
18.	Revista Eletrônica de Ciência Administrativa	1
19.	Revista Gestão & Planejamento	1



20. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração	
---	--

Fonte: elaboração do autor.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para atender o objetivo geral do estudo, o presente tópico apresenta os resultados da pesquisa agrupados através de quadros e tabelas. Com o intuito de responder o primeiro objetivo específico da pesquisa, foi criado o Quadro 2 identificando os autores que se dedicam à temática governo eletrônico. O mesmo quadro procurou responder o segundo objetivo acerca das principais abordagens teóricas sobre o tema governo eletrônico para o período especificado e de maneira sintética.

Com isso, pôde-se identificar que a maioria dos autores de referência são da década passada 79 % (109 autores), sendo que 18 autores são da década de 1990 e 11 autores da década vigente, correspondendo a 13% e 8% respectivamente do total de autores em referência identificados nas 37 publicações. Adicionalmente, com as Tabelas 1 e Tabela 2 averiguou-se a metodologia de investigação e técnicas de coleta e análise de dados das pesquisas utilizadas nos estudos em referência.

Quadro 2- Síntese da abordagem teórica

Autores	Abordagem teórica de referência
1. Alves e Souza (2010)	Ferrer (2007); Vaidya, Sajeew e Callender (2006); Graeml e Moron (2009); Ciro Fernandes (2004).
2. Araújo e Souza (2011)	Berners-Lee (2009); BIZER et al. (2009); W3C Escritório Brasil (2010); Diniz (2009).
3. Balbe (2010)	Giddens (1991); Castells (2005); Castells e Himanen (2002); Braga et al. (2008); Diniz et al. (2009).
4. Borba, Petrini e Wiedenhof (2013)	Faria et al. (2010); Walter e Ribeiro (2007); Maia e Oliveira (2008).
5. Braga e Xavier (2011)	Lei complementar 123/06 – Simples Nacional; Tachizawa e Faria (2004); Lemes Junior e Pisa (2010); Kalakota e Robinson (2002).
6. Cerquinho, Tavares e de Paula (2014)	Ruelas e Arámburo (2006); Jardim (2007); Dias (2006); Seifert (2003); Bowler Jr (2010).
7. Costa, de Castro e Capellozza (2014)	Barbosa (2008); McNeal et al (2003); Koh, Ryan e Prybutok (2005).
8. Cunha e Miranda (2013)	Avgerou (2008); Unesco (2005); Pinho, Inglesias e Souza (2005); Prado et al (2011).
9. Damian e Merlo (2013)	Lin (2008); Gonçalves e Ferreira (2010); Sanchez e Araújo (2003); West (2004).
10. Diniz et al. (2009)	Frey (2000); Peters (1996); Agune e Carlos (2005); Abranson e Means (2001).
11. Ferreira, Medina, Reis (2014)	Nunes, Lucena e Silva (2007); Faria et al (2011); Almeida (2003).
12. Silva et al. (2014)	Reis (2004); Geron et al. (2011); Oliveira et al. (2012); Maranhão (2010).
13. Freire, Castro e Fortes (2009)	Rezende (2007); Hull (2004); IBGE (2005).
14. Funai e Rezende (2011)	Frey (2002); Ferguson (2002); (Zweers e Planqué (2001); Rezende, Frey e Betini (2003); Chahin et al. (2004).
15. Gomes Filho et al. (2008)	Grölund e Horan (2004); Soares Jr e Quintella (2002); Bekkers (2002); Kim e Lee (2006).
16. Guimarães e Medeiros (2005)	Ferguson (2002); Fountain (2001); Medeiros e Guimarães (2003).
17. Joia (2009)	Davenport e Short (1990); Venkatrama (1994); Petyy e Guthrie (2000); Keen (1991).



18. Lima Filho et al. (2011)	Campos (1990); Lavallo e Castello (2008); Pinho e Sacramento (2009).
19. Medeiros e Guimarães (2005)	Barzeley (2001); Heeks (2002); Souza (2002).
20. Medeiros e Guimarães (2006)	Machado-da-silva et al. (2003); Nações Unidas (2002); Ferguson (2002).
21. Mello e Slomski (2010)	Streit e Klering (2004); Santiso (2001); Mimicopoulos <i>et al.</i> (2007).
22. Pereira, Macadar e Pereira (2013)	King et al (2004); Scott (2008); Yildiz (2007); Gil-Garcia e Luna-Reyes (2006).
23. Pinho (2008)	Joia e Cavalcante Neto (2004); Pinho, Iglesias e Souza (2005).
24. Prado e Loureiro (2006)	United Nations (2005); Castell (1999, 2000, 2001); Abrucio (1998).
25. Rezende (2007)	Nachmias e Nachmias (1987); Marconi e Lakatos (1996); Gil (1999); O'Brien (2001); Kroenke (1992).
26. Santos et al. (2013)	Castells (2003); Valenti, Anta e Bendersky (2003); Denhardt (2012); Sarker (2006).
27. Silva Neto et al. (2008)	Cgi.Br (2006); Medeiros e Aquino (2005); Comissão europeia (2006); Bonavides (1999).
28. Da silva et al. (2009)	Espinha (2007); Falco e Saar (2007); E-ping (2005); Moura (2004).
29. Soares e Vicente (2009)	Coelho (2001); Cunha (2005); Vaz (2003); Carter e Bélanger (2005).
30. Tramontin e Borges (2007)	Santos (2003); Sampaio (2001); Albuquerque (2004).
31. Tridapalli, Fernandes e Machado (2011)	Almeida e Lucena (2006); Carayannis e Popescu (2005); Fernandes (2002).
32. Zancanaro et al. (2009)	Diniz et al. (2009); Schreiber et al. (2002); Nonaka e Takeuchi (1997).
33. Braga et al. (2008)	OCDE (2005); Shah e Shah (2006); Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2007); Pierre Lévy (2004).
34. Alexandrini, I. Piski, R. Piski (2006)	Chadwick (2003); Albertin (2003); Nicolini e Ribeiro (2004).
35. Abrucio (2005)	Abrucio (1998); Arretche (2000); Clad (2000); Zimmerman (1992).
36. Prado et al. (2011)	Agune (2006); Chahin et al. (2004); Oliveira (2006); Keng e Long (2005).
37. Cunha, Frega e Lemos (2011)	Cunha, Annenberg e Agune (2007); Pinho (2008); Munn (1999); Eisenberg (1999).

Fonte: elaboração do autor.

A coleta de dados secundários que compõe a amostra de trinta e sete publicações em vinte periódicos analisados para o período de janeiro de 2005 a janeiro de 2015 com o constructo de pesquisa relacionado, constatou a existência de um consenso quanto à utilização do governo eletrônico para o desenvolvimento de atividades na Administração Pública.

A síntese das publicações sobre o tema governo eletrônico analisadas demonstrou existir uma grande variedade de métodos científicos utilizados conforme apresentado nas Tabela 1 e Tabela 2.

Em sentido genérico, método em pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para descrição e explicação de fenômenos. O trabalho de pesquisa deve ser planejado e executado de acordo com as normas requeridas por cada método de investigação. De maneira geral existem dois grandes métodos: o qualitativo e o quantitativo (RICHARDSON, 2008).

Diante disso, conforme a Tabela 1, identificou-se que a maioria das 37 publicações analisadas (20 publicações) são pesquisas qualitativas, correspondendo a 54,05% do total. Adicionalmente, em 6 estudos utilizou-se a tipologia de pesquisa quantitativa em suas análises,



sendo que em outras 4 publicações identificou-se a tipologia quanti-qualitativa. Identificou-se também expressamente 2 pesquisas como qualitativas e quantitativas. Nas demais publicações a tipologia de pesquisa não foi identificada expressamente sendo classificadas como outras, o que significou 13,51% do total.

Tabela 1 - Métodos de pesquisa utilizados nas publicações

Tipologia de pesquisa	Quantidade	Frequência %
Qualitativa	20	54,05
Quantitativa	6	16,22
Quanti-qualitativa	4	10,81
Qualitativa e quantitativa	2	5,41
Outras	5	13,51
Total	37	100

Fonte: elaborado pelo autor.

Adicionalmente conforme a Tabela 2, o estudo de caso foi identificado como o método de coleta e análise de material empírico (GOGOI et al., 2010) mais utilizado (8 publicações) correspondendo a 21,63% do total. A pesquisa bibliográfica foi utilizada em 7 pesquisas; essa mesma quantidade foi identificada também para as pesquisas em que se utilizou da análise documental; a pesquisa de campo foi utilizada em outras 4 pesquisas, mesma quantidade da análise de conteúdo.

Tabela 2 - Principais técnicas de coleta e análise de dados identificadas nas publicações

Técnica de pesquisa	Quantidade	Frequência %
Estudo de caso	8	21,63
Pesquisa bibliográfica	7	18,92
Análise documental	7	18,92
Pesquisa de campo	4	10,81
Análise de conteúdo	4	10,81
Observação	2	5,41
Outras	5	13,5
Total	37	100

Fonte: elaborado pelo autor.

A técnica da observação foi empreendida por 2 dos estudos analisados. As demais publicações foram classificadas como tendo utilizado outras técnicas incluindo métricas estatísticas de acessibilidade, revisão de literatura, censo e modelagem de equações estruturais. Cabe destacar, ainda, que foram identificadas mais de uma técnica de coleta e análise de dados por estudo selecionado e apenas uma das publicações obteve seus dados através do ensaio como técnica de pesquisa.

A Tabela 3 reúne as principais temáticas de pesquisa relacionadas ao constructo tema deste estudo, identificadas nas publicações e apresentadas através de uma distribuição de frequência percentual.

Tabela 3 - Temas relacionados à governança eletrônica

Tema relacionado	Frequência	Frequência %
<i>E-procurement</i> – compras através da internet	5	13,51
Dados ligados – dados governamentais abertos	3	8,11



Governo eletrônico –histórico, evolução e características	19	51,36
Uso da nota fiscal eletrônica	2	5,40
Accountability e governo eletrônico	8	21,62
Total	37	100%

Fonte: elaboração do autor.

Por fim, conforme demonstrado na Tabela 3, a maioria das publicações tratam diretamente do constructo “governo eletrônico” através da apresentação de seu histórico, evolução e características. A necessidade de transparência na administração pública é o segundo tema constatado como mais recorrente nas pesquisas, seguida por “compras através da internet” e “dados governamentais abertos”. O “uso da nota fiscal eletrônica” é o tema menos recorrente identificado nas publicações analisadas.

Verificou-se, dessa forma, da evolução do tema em análise, um decréscimo no quantitativo de autores com publicações nos periódicos analisados, mesmo sendo identificada uma diversidade de técnicas e análise de dados e do destaque para o histórico, evolução e conceituação do governo eletrônico brasileiro muito embora o tema em questão seja de importância na evolução da Administração Pública brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo principal identificar a produção científica brasileira sobre governo eletrônico do período de janeiro de 2005 a janeiro de 2015 a partir de trinta e sete publicações de vinte periódicos indexados na base de dados em rede *Spell*. Os resultados obtidos possibilitaram verificar que a maior parte das trinta e sete publicações selecionadas para este estudo versaram sobre o conceito, histórico e evolução do termo governo eletrônico, podendo-se inferir tratar-se de um tema ainda novo na literatura.

De acordo com o objetivo geral do presente trabalho, verificou-se que a produção científica brasileira sobre o constructo governo eletrônico não é incipiente e possui um importante arcabouço teórico relacionado à gestão pública, tecnologia da informação e à busca por uma melhor eficiência dos serviços públicos.

Adicionalmente, para atender ao primeiro objetivo específico do estudo, foram identificados os principais autores que se dedicam à temática governo eletrônico, o que demonstrou existir uma importante quantidade de diferentes autores nas três últimas décadas.

Para atender ao segundo objetivo específico, foram também verificadas as principais abordagens teóricas, o que demonstrou, em sua maioria, existirem estudos que fazem análises bibliográficas e estudos de caso.

Quanto à metodologia de pesquisa utilizada nas pesquisas, em sua maioria, foram averiguadas como qualitativas, no entanto foram identificadas também pesquisas quantitativas a partir da análise estatística dos dados e, ainda, um destaque para os estudos de casos, sendo alguns, estudos de casos múltiplos.

Finalmente, para atender ao terceiro objetivo específico de pesquisa, os principais avanços identificados nas pesquisas analisadas foram: a necessidade de aprimoramento dos instrumentos de governo eletrônico, maior evidência dos serviços públicos e busca de uma maior eficiência e interação da governança eletrônica a partir do governo eletrônico.

Dessa forma, o presente estudo, apesar das limitações encontradas, como a necessidade de um possível tratamento estatístico dos dados e de uma análise associada à um material bibliográfico adicional, procurou identificar através da análise documental dos estudos selecionados, aspectos da produção científica brasileira sobre governo eletrônico para um



período específico, procurando contribuir para o melhor entendimento sobre o governo eletrônico brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABRANSON, M.; MEANS, G. E. *E-government 2001 — IBM endowment for the business of government*. Rowman & Littlefield Publishers, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000164&pid=S0034-7612200900010000300001&lng=pt. Acesso em: 11 Dez. 2015.

ABRUCIO, Fernando Luiz. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. **Revista de Administração Pública**, v. 39, n. 2, p. 401-420, Março-Abril, 2005. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/12158/reforma-do-estado-no-federalismo-brasileiro--a-situacao-das-administracoes-publicas-estaduais>. Acesso em: 11 de Dez. 2015.

ALEXANDRINI, Fábio; PISKE, Ingobert; PISKE, Ricardo. Prefeitura virtual: a Internet a serviço da comunidade. **Gestão & Regionalidade**, v. 22, n. 65, p. 64-74, Setembro-Dezembro, 2006. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/21577/prefeitura-virtual--a-internet-a-servico-da-comunidade>. Acesso em: 11 de Dez. 2015.

ALVES, Tomaz Rodrigo; SOUSA, Cesar Alexandre. Compras Eletrônicas Governamentais: uma avaliação dos sites de *e-procurement* dos governos estaduais brasileiros. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v. 10, n. 1, p. 1-25, Janeiro-Junho, 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/5501/compras-eletronicas-governamentais--uma-avaliacao-dos-sites-de-e-procurement-dos-governos-estaduais-brasileiros>. Acesso em 09 de Dez. 2015.

ARAÚJO, Lucas de Ramos; SOUZA, Jairo Francisco de. Aumentando a transparência do governo por meio da transformação de dados governamentais abertos em dados ligados. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v. 10, n. 1, p. 1-15, Janeiro-Junho, 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/5503/aumentando-a-transparencia-do-governo-por-meio-da-transformacao-de-dados-governamentais-abertos-em-dados-ligados>. Acesso em: 10 de Dez. 2015.

BALBE, Ronald da Silva. Uso de tecnologias de informação e comunicação na gestão pública: exemplos no governo federal. **Revista do Serviço Público**, v. 61, n. 2, p. 189-209, Abril-Junho, 2010. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/35686/uso-de-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-na-gestao-publica--exemplos-no-governo-federal>. Acesso em: 10 de Dez. 2015.

BORBA, Leandro; PETRINI, Maira; WIEDENHOFT, Guilherme. Adoção da Nota Fiscal Eletrônica: quais os benefícios sob as lentes das organizações? **Revista Gestão & Planejamento**, v. 14, n. 3, p. 613-636, Setembro-Dezembro, 2013. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/24384/adocao-da-nota-fiscal-eletronica--quais-os-beneficios-sob-as-lentes-das-organizacaoes->. Acesso em: 10 de Dez. 2015.

BRAGA, Lamartine Vieira; ALVES, Welington Souza; FIGUEIREDO, Rejane Maria da Costa; SANTOS, Rildo Ribeiro dos. O papel do Governo Eletrônico no fortalecimento da governança do setor público. **Revista do Serviço Público**, v. 59, n. 1, p. 5-21, Janeiro-Março,



2008. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/35770/o-papel-do-governo-eletronico-no-fortalecimento-da-governanca-do-setor-publico>. Acesso em: 11 de Dez. 2015.

BRAGA, Reinaldo Marcelo Lima; XAVIER, Fernando Menezes. Impactos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no desenvolvimento das compras públicas do Ceará. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 5, n. 1, p. 51-67, Janeiro-Abril, 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/5884/impactos-da-lei-geral-das-micro-e-pequenas-empresas-no-desenvolvimento-das-compras-publicas-do-ceara>. Acesso em: 10 Dez. 2015.

BRASIL. Comitê Gestor da Internet no Brasil. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. **TIC Domicílios e Usuários: Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil**. Disponível em: <http://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/>. Acesso em: 07 de dez. 2015.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). *Sociedade da Informação no Brasil* – Livro Verde. Organizado por Tadao Takahashi. Brasília: MCT, 2000.

_____. Decreto n. 197, de 18 de outubro de 2000. Cria no âmbito do conselho de governo, o comitê executivo do governo eletrônico, e dá outras providências, 2000. Disponível em: http://www.governoeletronico.gov.br/anexos/E15_90Decreto_de_18_de_outubro_de_2000.pdf. Acesso em: 09 de dez. 2015.

BREGA, José Fernando Ferreira (2012). **Governo eletrônico e direito administrativo**. Doutorado, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-06062013-154559/pt-br.php>. Acesso em: 30 de nov. 2015.

CERQUINHO, Kleomara Gomes; TAVARES Wellington; PAULA Ana Paula Paes de. Movimento Minas: a participação cidadã Via Internet no Estado de Minas Gerais. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 4, n. 1, p. 218-236, Janeiro-Junho, 2014. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/31452/movimento-minas--a-participacao-cidada-via-internet-no-estado-de-minas-gerais>. Acesso em: 10 de Dez. 2015.

COSTA, Érico da Silva; CASTRO, Dagmar Silva Pinto de; CAPPELLOZZA, Alexandre; Adoção e uso de portais de governo eletrônico no ambiente do sistema nacional de ciência e tecnologia e inovação: um estudo baseado no modelo UTAUT. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 13, n. 3, p. 286-300, Setembro-Dezembro, 2014. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/37941/adocao-e-uso-de-portais-de-governo-eletronico-no-ambiente-do-sistema-nacional-de-ciencia-e-tecnologia-e-inovacao--um-estudo-baseado-no-modelo-utaut>. Acesso em: 26 Nov. 2015.

CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez da; FREGA, José Roberto; LEMOS, Iomara Scandelari. Portais de Serviços Públicos e de Informação ao Cidadão no Brasil: uma Descrição do Perfil do Visitante. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v. 10, n. 1, p. 1-19, Janeiro-Junho, 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/5498/portais-de-servicos-publicos-e-de-informacao-ao-cidadao-no-brasil--uma-descricao-do-perfil-do-visitante>. Acesso em: 12 de Dez. 2015.

_____, Maria Alexandra Viegas Cortez da; MIRANDA, Paulo Roberto de Mello. O uso de TIC pelos Governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e



da prática nacional. **Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 66, p. 543-566, Julho-Setembro, 2013. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/14625/o-uso-de-tic-pelos-governos--uma-proposta-de-agenda-de-pesquisa-a-partir-da-producao-academica-e-da-pratica-nacional>>. Acesso em: 10 de Dez. 2015.

DAMIAN, Ieda Pelógia Martins; MERLO, Edgard Monforte. Uma análise dos sites de governos eletrônicos no Brasil sob a ótica dos usuários dos serviços e sua satisfação. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 4, p. 877-899, Julho-Agosto, 2013. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/10584/uma-analise-dos-sites-de-governos-eletronicos-no-brasil-sob-a-otica-dos-usuarios-dos-servicos-e-sua-satisfacao>>. Acesso em: 10 de Dez. 2015.

DINIZ, Eduardo Henrique; BARBOSA, Alexandre Fernandes; JUNQUEIRA, Álvaro Ribeiro Botelho; PRADO, Otávio. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 1, p. 23-48, Janeiro-Febrero, 2009. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/2226/o-governo-eletronico-no-brasil--perspectiva-historica-a-partir-de-um-modelo-estruturado-de-analise>>. Acesso em: 10 Dez. 2015.

FERREIRA, Marco Aurélio Marques; MEDINA, Silvana Aparecida; REIS, Anderson de Oliveira. Pregão eletrônico e eficiência nos gastos públicos municipais. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 2, p. 74-81, Abril-Junho, 2014. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/29593/pregao-eletronico-e-eficiencia-nos-gastos-publicos-municipais>>. Acesso em: 10 de Dez. 2015.

FERREIRA, Vicente da Rocha Soares; TETE, Marcelo Ferreira; FILHO, Antonio Isidro; SOUSA, Marcos de Moraes; Inovação no Setor Público Federal no Brasil na Perspectiva da Inovação em Serviços. In: EnANPAD, 38. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014. CD-ROM.

FLORES Luiz Carlos da Silva; ROSA, Marcelo Medeiros da; BIANCO, Patrícia; BERNARDO, Fabiano Domingos. Os impactos da nota fiscal eletrônica nas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em Umuarama/PR. **NAVUS - Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 4, n. 1, p. 49-63, Janeiro-Junho, 2014. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/32444/os-impactos-da-nota-fiscal-eletronica-nas-microempresas-e-empresas-de-pequeno-porte-sediadas-em-umuarama-pr>>. Acesso em: 10 Dez. 2015.

FREIRE, André Pimenta; CASTRO, Mário de; FORTES, Renata Pontin de Mattos. Acessibilidade dos sítios web dos governos estaduais brasileiros: uma análise quantitativa entre 1996 e 2007. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 2, p. 395-414, Março-Abril, 2009. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/23343/um-caminho-para-a-inclusao-digital--o-programa-gesac>>. Acesso em: 10 Dez. 2015.

FUNAI, Marcio Takeo; REZENDE, Denis Alcides. Governo eletrônico na gestão municipal: avaliação dos serviços eletrônicos da Prefeitura de São José dos Pinhais (PR). **Gestão & Regionalidade**, v. 27, n. 80, p. 15-29, Maio-Agosto, 2011. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/3335/governo-eletronico-na-gestao-municipal--avaliacao-dos-servicos-eletronicos-da-prefeitura-de-sao-jose-dos-pinhais--pr->>. Acesso em 11 Dez. 2015.



GOMES FILHO, Antonio Costa; FERREIRA, Marcus Vinícios; MACEDO, Michael Kramer Borges de; IGARASHI, Wagner; TODESCO, José Leomar. Importância do hardware e software em organizações ligadas ao governo eletrônico. **Revista Capital Científico - Eletrônica**, v. 6, n. 1, p. 127-144, Janeiro-Dezembro, 2008. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/32991/importancia-do-hardware-e-software-em-organizacoes-ligadas-ao-governo-eletronico>>. Acesso em: 10 Dez. 2015.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed., Porto Alegre: Penso, 2012.

GUEDES, VÂNIA L.S.; BORSCHIVER, Suzana. **Bibliometria**: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO, 6., Salvador/BA, Junho de 2005. Disponível em: <http://www.feg.unesp.br/~fmarins/seminarios/Material%20de%20Leitura/Bibliometria/Artigo%20Bibliometria%20-%20Ferramenta%20estat%Edstica%20VaniaLSGuedes.pdf>. Acesso em 24 Out. 2016.

GUIMARÃES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 3, n. 4, p. 1-18, Outubro-Dezembro, 2005. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/10761/a-institucionalizacao-do-governo-eletronico-no-brasil>>. Acesso em 11 Dez. 2015.

JOIA, Luiz Antonio. Governo eletrônico e capital intelectual nas organizações públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 6, p. 1379-1405, Novembro-Dezembro, 2009. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/2381/governo-eletronico-e-capital-intelectual-nas-organizacoes-publicas>>. Acesso em 11 Dez. 2015.

LIMA FILHO, Raimundo Nonato; SIMÕES, Paulo Everton Mota; SILVA, Mateus Santos da; CHAGAS, Suraya Brito. Accountability e governo eletrônico: uma análise sobre a participação popular. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 5, n. 2, p. 17-32, Maio-Agosto, 2011. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/30890/accountability-e-governo-eletronico--uma-analise-sobre-a-participacao-popular>>. Acesso em: 26 Nov. 2015.

MAZZEI, Bianca Burdini; DE CASTRO, André Luis; Governo eletrônico – A transparência no Governo do Estado do Paraná. In: EnANPAD, 38. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014. CD-ROM.

MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos (2004). **E-gov no Brasil**: aspectos institucionais e reflexos na governança. Mestrado, Universidade de Brasília (UnB), Brasília. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1544>>. Acesso em 07 de dez. 2015.

_____, Paulo Henrique Ramos; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. A institucionalização do governo eletrônico no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 4, p. 66-78, Outubro-Dezembro, 2006. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/10761/a-institucionalizacao-do-governo-eletronico-no-brasil>>. Acesso em: 11 Dez. 2015.

_____, Paulo Henrique Ramos; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. Contribuições do governo eletrônico para a reforma administrativa e a governança no Brasil. **Revista do Serviço**



Público, v. 56, n. 4, p. 449-464, Outubro-Dezembro, 2005. Disponível em:
<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/35833/contribuicoes-do-governo-eletronico-para-a-reforma-administrativa-e-a-governanca-no-brasil>>. Acesso em: 11 Dez. 2015.

MELLO, Gilmar Ribeiro de; SLOMSKI, Valmor. Índice de Governança Eletrônica dos Estados Brasileiros (2009): no âmbito do Poder Executivo. **Journal of Information Systems and Technology Management**, v. 7, n. 2, p. 375-408, Maio-Agosto, 2010. Disponível em:
<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/3627/indice-de-governanca-eletronica-dos-estados-brasileiros--2009---no-ambito-do-poder-executivo>>. Acesso em: 11 Dez. 2015.

MORAES, Gustavo Hermínio Salati Marcondes de; MEIRELLES, Fernando de Souza; Adoção de Governo Eletrônico no Brasil: A perspectiva do usuário do programa Nota Fiscal Paulista. In: EnANPAD, 38. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014. CD-ROM.

NETO, José Moreira da Silva; SILVA, Ivanda Soares da; CANTO, Jorge Alberto Elarrat; RIBEIRO, Ricardo Plácido; RAMALHO, Rita de Cássia Rocha; MELO, Rubem Pinto de. Desafios da inclusão e democratização digital para o Governo Eletrônico no Brasil. **Gestão e Sociedade**, v. 2, n. 3, p. 1-10, Janeiro-Junho, 2008. Disponível em:
<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/10443/desafios-da-inclusao-e-democratizacao-digital-para-o-governo-eletronico-no-brasil>>. Acesso em: 11 Dez. 2015.

PEREIRA, Gabriela Viale; MACADAR, Marie Anne; PEREIRA, Vanessa Marques. Governança eletrônica sob perspectiva institucional: análise do portal de periódicos da Capes. **Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 11, n. 2, p. 53-75, Julho-Dezembro, 2013. Disponível em:
<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/25508/governanca-eletronica-sob-perspectiva-institucional--analise-do-portal-de-periodicos-da-capes>>. Acesso em: 11 Dez. 2015.

PINHO, José Antônio Gomes de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 471-493, Maio-Junho, 2008. Disponível em:
<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/2222/investigando-portais-de-governo-eletronico-de-estados-no-brasil--muita-tecnologia--pouca-democracia>>. Acesso em: 11 Dez. 2015.

PRADO, Edmir Parada Vasques; SOUZA, Cesar Alexandre de; RAMALHO, Neilson Carlos Leite; CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez da; REINHARD, Nicolau. Iniciativas de governo eletrônico: análise das relações entre nível de governo e características dos projetos em casos de sucesso. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v. 10, n. 1, p. 1-22, Janeiro-Junho, 2011. Disponível em:
<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/5502/iniciativas-de-governo-eletronico--analise-das-relacoes-entre-nivel-de-governo-e-caracteristicas-dos-projetos-em-casos-de-sucesso>>. Acesso em: 12 Dez. 2015.

PRADO, Otávio; LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Governo eletrônico e transparência: avaliação da publicização das contas públicas das capitais brasileiras. **Revista Alcance**, v. 13, n. 3, p. 355-372, Setembro-Dezembro, 2006. Disponível em:
<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/23940/governo-eletronico-e-transparencia--avaliacao-da-publicizacao-das-contas-publicas-das-capitais-brasileiras>>. Acesso em: 11 Dez. 2015.



REZENDE, Denis Alcides. Planejamento de informações públicas municipais: sistemas de informação e de conhecimento, informática e governo eletrônico integrados aos planejamentos das prefeituras e municípios. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 3, p. 505-536, Maio-Junho, 2007. Disponível em:

<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/11848/planejamento-de-informacoes-publicas-municipais--sistemas-de-informacao-e-de-conhecimento--informatica-e-governo-eletronico-integrados-aos-planejamentos-das-prefeituras-e-municipios>>. Acesso em: 11 Dez. 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry; **Pesquisa social: métodos e técnicas**/ Roberto Jarry Richardson; colaboradores: José Augusto de Souza Peres... (et al.). 3. ed., São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, Herman Resende; TONELLI, Dany Flávio; Possibilities and Limits of E-participation: A Systematic Review of E-democracy. In: EnANPAD, 38. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014. CD-ROM.

SANTOS, Paloma Maria Santos; BERNARDES, Marciele Berger; ROVER, Aires José; MEZZARROBA, Orides. Ranking dos tribunais de contas brasileiros: uma avaliação a partir dos padrões web em governo eletrônico. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 3, p. 721-744, Maio-Junho, 2013. Disponível em:
<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/10120/ranking-dos-tribunais-de-contas-brasileiros--uma-avaliacao-a-partir-dos-padroes-web-em-governo-eletronico>>. Acesso em: 11 Dez. 2015.

SILVA, Cintia Ramalho Caetano da; TAVARES, Thiago Cortat; GARCIA, Ana Cristina Bicharra; NOGUEIRA, Jose Luiz Thomasseli. Espaço Reuni- uma iniciativa de E-Gov em mundos virtuais 3D. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v. 8, n. 1, p. 1-12, Janeiro-Junho, 2009. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/5461/espaco-reuni--uma-iniciativa-de-e-gov--em-mundos-virtuais-3d>>. Acesso em: 11 Dez. 2015.

SOARES, Laura Letsch; VICENTRE, Ernesto Fernando Rodrigues. Divulgação das compras públicas de alimentos para a merenda escolar em municípios catarinenses. **Gestão & Regionalidade**, v. 27, n. 80, p. 30-44, Maio-Agosto, 2011. Disponível em:
<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/3336/divulgacao-das-compras-publicas-de-alimentos-para-a-merenda-escolar-em-municipios-catarinenses>>. Acesso em: 11 Dez. 2015.

TRAMONTIN, Adriane; BORGES, Djalma Freire. Um caminho para a inclusão digital: o Programa Gesac. **Organizações & Sociedade**, v. 14, n. 42, p. 167-184, Julho-Setembro, 2007. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/23343/um-caminho-para-a-inclusao-digital--o-programa-gesac>>. Acesso em: 11 Dez. 2015.

TRIDAPALLI, Juarez Paulo; FERNANDES, Elton; MACHADO, Waltair Vieira. Gestão da cadeia de suprimento do setor público: uma alternativa para controle de gastos correntes no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 2, p. 401-433, Março-Abril, 2011. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/2410/gestao-da-cadeia-de-suprimento-do-setor-publico--uma-alternativa-para-controle-de-gastos-correntes-no-brasil>>. Acesso em: 11 Dez. 2015.

ZANCANARO, Airton; NUNES, Israel Honorino; MOTA, Jéssica Romeiro; SILVEIRA, Roberto Martins; FIALHO, Francisco Antônio Pereira. Contribuição do T-Gov à gestão do conhecimento. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 8, n. 2, p.



355-372, Julho-Dezembro, 2009. Disponível em:

<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/37645/contribuicao-do-t-gov-a-gestao-do-conhecimento->>. Acesso em: 11 Dez. 2015.